



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **15 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 9 de fevereiro de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Empresas desviaram R\$ 24 milhões em impostos da Zona Franca de Manaus	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO GOVERNO ESTUDA ELEVAR IOF SOBRE COMPRAS NO EXTERIOR	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO MANTEGA TENTA EVITAR PESSIMISMO COM INFLAÇÃO	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO INDÚSTRIAS DE MINERAÇÃO VÃO INVESTIR US\$ 64,8 BI NO BRASIL ENTRE 2011 E 2015	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO PORTOS E MEIO AMBIENTE	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO CHINA VOLTA A SUBIR JUROS PARA SEGURAR PREÇOS	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO INDÚSTRIA APERTA MARGEM DE LUCROS	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO INFLAÇÃO SOBE 0,83%, A MAIOR ALTA DESDE 2005, PUXADA POR TRANSPORTES E SERVIÇOS	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
MONITOR MERCANTIL Coluna / Nelson Priori	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADÃO Governo estuda elevar IOF sobre compras no exterior	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP BRASIL TERÁ US\$ 350 BILHÕES PARA MINERAÇÃO	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP CHINESES COMPRAM SETE EMPRESAS DE UMA VEZ	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP BRASIL DISPUTA COM CHINA E ÍNDIA NOVA FÁBRICA DA ALEMÃ VULKAN	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM Com medo da inflação, China sobe outra vez a taxa básica de juros	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
R 7 / NOTÍCIAS Atividade da indústria cresce em todas as regiões do Brasil em 2010	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Empresas desviaram R\$ 24 milhões em impostos da <u>Zona Franca de Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O titular da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários (Delefaz), Domingos Sávio Pinzon, informou que na empresa Laminorte, em Natal, foram apreendidas cerca de 50 toneladas de cobre e vários documentos.

Manaus - Agentes da Polícia Federal deflagraram, ontem, em **Manaus**, no Rio Grande do Norte e em São Paulo, a 'Operação Cobre'. O objetivo é desarticular um esquema fraudulento de empresas em **Manaus** e em Natal envolvidas no **comércio** de cobre que, segundo a PF, desviaram nos últimos seis anos cerca de R\$ 24 milhões em tributos da **Zona Franca de Manaus**.

O titular da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários (Delefaz), Domingos Sávio Pinzon, informou que na empresa Laminorte, em Natal, foram apreendidas cerca de 50 toneladas de cobre e vários documentos. A empresa

sediada no Rio Grande do Norte pertence ao mesmo grupo da empresa Marfel Indústria e **Comércio** Ltda. (Norteplast) sediada em **Manaus**, onde também foram apreendidos documentos.

Os empreendimentos, segundo o delegado, são administrados pela empresária Dolores Seipo e o filho dela, Marcelo Amorim. Os dois foram indiciados pelos crimes de falsidade ideológica, crimes contra a ordem tributária e poderão, ainda, ser arrolados num processo por formação de quadrilha.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO GOVERNO ESTUDA ELEVAR IOF SOBRE COMPRAS NO EXTERIOR		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Renata Veríssimo - O Estado de S.Paulo

Entre as medidas estudadas pelo **Governo Federal** para tentar conter a oferta de crédito no País e reduzir o consumo do brasileiro, está em discussão a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado nas compras feitas no exterior com cartão de crédito.

A alíquota atual é de 2,38% sobre a fatura internacional do cartão.

Além do impacto econômico, o governo também estuda o tamanho do desgaste político com a adoção dessa medida.

A existência de estudos para elevação do IOF, noticiada ontem pelo jornal Folha de S. Paulo, teria impacto não só nos custos de viagens ao exterior, mas também nas compras de produtos **importados** pela internet.

Um assessor da equipe econômica do governo da presidente Dilma Rousseff avalia que o turista pode driblar, pelo menos em parte, o aumento da alíquota fazendo as compras no exterior com pagamento em dinheiro.

Por outro lado, uma alíquota maior poderia inibir as compras na internet.

Desvalorização do **dólar**. Os gastos de brasileiros no exterior cresceram muito no ano passado em função da valorização do real em relação ao **dólar**. A despesa bruta com cartão de crédito em 2010 foi de US\$ 10,17 bilhões. Em

2009, essas despesas foram de US\$ 6,59 bilhões, segundo os dados do Banco Central.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, porém, negou a intenção de elevar a cobrança de IOF das compras no exterior com cartão de crédito. "Ninguém pensou em nada disso", declarou.

Um assessor do ministro chegou a dizer que a medida poderia representar "muita espuma" com resultados marginais.

A preocupação é que o aumento do imposto possa ter reflexos políticos negativos sem muito efeito prático na contenção do consumo - que tem pressionado a inflação - e no câmbio valorizado, que tem prejudicado os **exportadores**.

Em 2008, para compensar a perda de arrecadação com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o governo já elevou em 0,38% todas as operações de crédito.

Com isso, o IOF sobre a fatura de cartão de crédito subiu de 2% para 2,38%.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO MANTEGA TENTA EVITAR PESSIMISMO COM INFLAÇÃO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministro se antecipa para falar do assunto e diz que tendência é de recuo nos próximos meses Adriana Fernandes e Renata Veríssimo - O Estado de S.Paulo

Com o IPCA de janeiro mais alto desde abril de 2005, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tratou ontem novamente de atenuar a elevação da inflação neste início do ano. Na tentativa de coordenar as expectativas e de sinalizar que a alta é sazonal e passageira, o ministro fez questão de comentar a divulgação do resultado do IPCA de janeiro ao chegar ao **Ministério** da Fazenda.

Quando questionado sobre os cortes do Orçamento, Mantega foi logo declarando que o IPCA mais forte já era esperado ante a pressão de transporte e educação e que a tendência é de recuo nos próximos meses.

Sobre cortes do Orçamento, nada falou.

A maior preocupação do ministro, segundo apurou o Estado, é evitar que se instale na economia um "pessimismo" generalizado em torno da alta de inflação e da capacidade de o Banco Central (BC) ancorar as expectativas para o centro da meta, de 4,5%. Um cenário nessa direção poderia criar um círculo vicioso negativo em torno da inflação, o que exigiria um ciclo mais forte de aperto monetário.

Mantega, segundo assessores, considera "**importante**" manter essa comunicação da posição do governo para combater o crescimento da avaliação do **mercado**, de que vai levar mais tempo para o BC colocar a inflação em 12 meses na meta. De acordo com o ministro, o IPCA elevado se deve à volta da inflação das commodities, que está forte no mundo todo, e à pressão sazonal de janeiro. "Janeiro costuma ter pressão de transporte e educação", afirmou Mantega.

Para o ministro, no entanto, esse não é um problema para o Brasil, pois a pressão de transporte e educação tende a regredir, a partir de fevereiro. "Mesmo commodities, eu acredito que elas vão ter uma trajetória decrescente ou estável nos próximos meses. Isso significa que a tendência é de

arrefecimento da inflação", disse. "Não digo fevereiro, pois ainda há pressão de transporte. Mas, a partir de março e abril, vocês verão essa pressão diminuindo", destacou.

Os analistas do **mercado**, no entanto, estão céticos com a inflação e veem no resultado de janeiro um sinal de que a elevação da inflação vai além de pressões sazonais. Na contramão dessa avaliação, a equipe econômica do **Ministério** da Fazenda acredita que a manutenção da inflação dentro da meta deixará de ser uma preocupação do governo antes do fim do ano.

Uma fonte do **Ministério** disse que as medidas adotadas pelo BC a partir de dezembro do ano passado devem ser suficientes para trazer a inflação para dentro da meta. Por outro lado, avalia a fonte, as medidas devem esfriar a economia. Essa fonte acredita que a desaceleração do crescimento "tomará as discussões"

assim que a inflação mostrar arrefecimento.

Por outro lado, a equipe econômica quer evitar que o ritmo de crescimento caia para níveis muito baixos, o que depois poderá exigir do governo novas medidas de estímulo da economia para elevar o crescimento a níveis de 5% ou 6% ao ano.

A fonte destaca, no entanto, que pela primeira vez em muitos anos a política adotada pelo BC para trazer a inflação para a meta está alinhada com o que pensa o **Ministério** da Fazenda. A avaliação é de que essa maior integração estaria facilitando a adoção das chamadas medidas "macroprudenciais".

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO INDÚSTRIAS DE MINERAÇÃO VÃO INVESTIR US\$ 64,8 BI NO <u>Brasil</u> ENTRE 2011 E 2015		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

PAULO CAMILLO VARGAS PENNA

ESPECIAL PARA A FOLHA

A indústria de mineração mantém o ritmo de elevar os investimentos no Brasil.

Levantamento concluído pelo Ibram mostra que as mineradoras investirão US\$ 64,8 bilhões no período de 2011 a 2015, um recorde.

Antes de a crise mostrar suas garras, o Ibram apontava, em julho de 2008, investimentos de US\$ 57 bilhões entre 2008 e 2012. A crise econômica forçou a queda da previsão de investimento para US\$ 47 bilhões (período de 2009 a 2013) segundo a pesquisa de março de 2009. A partir daí, o valor só tem aumentado.

Por meio desses investimentos e dos insumos básicos que produz, a mineração estimula ainda mais outros setores produtivos, além de gerar empregos, renda, tributos e, com suas exportações, divisas que atualmente são o carro-chefe do saldo positivo da balança comercial brasileira.

O saldo das exportações descontadas as importações de minérios foi de US\$ 27,6 bilhões em 2010, ou seja, 38% maior do que o saldo da balança comercial, de US\$ 20 bilhões.

O expressivo volume de investimentos e os benefícios decorrentes disso para a economia são possíveis em um cenário projetado que leva em conta a legislação minerária vigente.

Embora tenha sido apontada como obsoleta, essa legislação embasou o crescimento de 566% na produção mineral do país (exceto petróleo e gás) de 2001 a 2010, saindo de US\$ 6 bilhões para US\$ 40 bilhões.

Daí, o cuidado com que devem ser examinadas as modificações dos chamados marcos regulatórios da mineração que estão sendo propostas, pois corre-se o risco de, na busca de aperfeiçoamentos, prejudicar, de forma irreparável, um arcabouço legal de sucesso comprovado.

Zelo semelhante deve-se ter quanto a propostas de alterações dos royalties da mineração, algumas se utilizando de argumentos falaciosos, como o de se parametrizar o cálculo da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) com o dos royalties do petróleo.

É preciso levar em consideração que a mineração brasileira está entre as três mais tributadas, ou seja, não recolhe apenas royalties, mas um farto conjunto de tributos e outros encargos não tributários, fatores que, somados a diversos outros, ferem sua competitividade.

Aperfeiçoar a legislação minerária, bem como o sistema tributário como um todo, é uma ação que a mineração não só apoia como também, legitimamente, tem recebido sua contribuição.

No entanto, nunca é demais o alerta pela necessidade de manter as regras do jogo e a devida segurança jurídica para que os investimentos que o Brasil tanto precisa não evaporem e, assim, gerem frustrações em vez de motivos para comemoração.

PAULO CAMILLO VARGAS PENNA é diretor-presidente do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração).

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PORTOS E MEIO AMBIENTE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Maria-Valéria Junho Penna

Conexões entre portos, estradas, ferrovias e aeroportos constituem um dos pilares da riqueza econômica de uma nação. Não por outra razão, a capacidade de distribuir cargas está intimamente conectado à integração **regional** e internacional. Entre 2001 e 2008, antes da crise internacional chegar com força ao Brasil, o **comércio** exterior do país passou de US\$ 114 bilhões para US\$ 371 bilhões.

Apesar disso, o **Brasil** enfrenta problemas crônicos de infraestrutura, em particular portuários, chegando-se a cogitar na criação de um **Ministério** específico para o setor. A reforma do setor portuário foi iniciada pela Lei 8.630/93, que visou solucionar os altos custos e falta de competitividade.

Mas a nova regulamentação não contemplou com detalhes as questões ambientais relacionadas à atividade portuária - poluição, ruído e movimento de solos, por exemplo - e como construir suas salvaguardas.

A preocupação ambiental somente foi contemplada periféricamente pela via que Jorge Werneck Vianna denominou "judicialização" da política pública, pelas mãos do **Ministério** Público. A regulação dos portos terminou, assim, por desconhecer que normas ambientais existem para proteção da saúde humana e de recursos naturais que pertencem a todos. Marginalizada a preocupação, poucos portos dispõem de unidades ambientais, pessoal qualificado e metodologias apropriadas para tratar da questão.

No Brasil, a discussão contemporânea sobre meio ambiente enfatiza principalmente dois temas, ambos críticos mas, em geral, abordados desconectadamente.

A natureza do primeiro é ambiciosa - mudança climática. Ela é ambiciosa porque mudança climática relaciona-se com macroprocessos tão numerosos que estão fora do controle das pessoas comuns. Pessoas comuns não sabem construir portos, desenhar estradas, aumentar a oferta de voos sem queimar combustível insustentavelmente ou planejar a ocupação do solo.

O segundo tema é modesto, refletindo ações que afortunadamente estão ao nosso alcance. Contudo, elas parecem frustrantes, uma espécie de tragédia dos comuns, já

que seus efeitos são praticamente invisíveis a curto prazo, apesar de sua relevância: reciclar papéis, fechar a torneira enquanto lavamos os dentes, recusar sacolas plásticas e cuidar de espécies em extinção.

Outra característica da discussão no **Brasil** é a de que o meio ambiente tende a ser tratado como um tema especializado e não setorialmente integrado - como se existissem, por exemplo, especialistas em estradas e especialistas em questões ambientais em estradas - como se fora possível construir uma casa sem tijolos.

As salvaguardas ambientais influenciam o aproveitamento da energia e a competitividade. Assim, setorialistas ignoram e frequentemente tratam como obstáculo e não como uma situação de "ganhar ou ganhar" o confronto com possíveis externalidades ambientais: sim, mudanças climáticas são o resultado de uma ave não protegida, de uma árvore derrubada, de água desperdiçada, de papel não reciclado, de queimadas desavisadas, mas sobretudo do desconhecimento - ou desdém - que analistas e quem está no comando demonstram em suas propostas de políticas públicas.

A construção ou melhoria de portos deve enfrentar desafios ambientais amplamente constatados não só para fazê-los eficientes como para tornar-nos mais saudáveis.

Um dos desafios é avaliar a ocupação de solos na construção de novos portos, na expansão dos existentes ou na expansão de empreendimentos ao seu redor - iniciativas que podem levar à destruição de dunas, algas ou causar distúrbios na flora e fauna. Há também problemas relacionados à questão de remoção de material durante a aproximação de embarcações, o que pode causar toxicidade química, aumento da sedimentação suspensa, desprendimento de materiais orgânicos e nutrientes e contaminação acidental.

Também devem ser levados em conta questões como a manutenção do solo marítimo em sua largura e profundidade de forma a permitir a aproximação segura dos navios; o tratamento de dejetos e líquidos perniciosos à saúde, lixo e esgotamento; a poeira provocada pela abertura de cargas, que pode causar impacto na saúde das pessoas e afetar a qualidade do ar; o ruído excessivo e seus impactos sobre a saúde e a vida aquática; a degradação da qualidade do ar

por emissões gasosas ou sólidas ou escapamentos; eventuais vazamentos de combustível e seus efeitos sobre a qualidade da água e do ar; transporte inseguro de cargas perigosas; e descargas de materiais utilizados como água contendo detergente ou material de limpeza.

Tais desafios não significam que portos - estradas, ruas, túneis, saneamento ou usinas - não devam ser construídos. Mas significam que devem ser enfrentados quando diagnósticos a seu respeito forem realizados e política sobre o setor implementadas.

Hoje é inadmissível que se aceite diagnósticos ou propostas de políticas que não contenham salvaguardas ambientais. As salvaguardas não apenas constituem um direito humano, mas afetam o ciclo de inovações, o uso inteligente de

insumos e matérias primas, racionalidade no uso e aproveitamento de energia e competitividade.

Afinal, estima-se que os benefícios da regulação da composição ar, estocagem e retenção de água e nutrientes, ciclos de temperatura, hidrológicos e de precipitação, remoção e decomposição de dejetos e proteção do habitat - todos eles relacionados à atividade portuária - poderiam significar internacionalmente uma poupança média de US\$ 33 trilhões.

Maria-Valéria Junho Penna é cientista política; professora da UFRJ; ex-cientista social líder no Departamento de **Desenvolvimento** Sustentável para América Latina e Caribe do Banco Mundial.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO CHINA VOLTA A SUBIR JUROS PARA SEGURAR PREÇOS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Foi a terceira alta pelo BC chinês desde outubro.

Ibovespa avança 0,63% e dólar cai 0,77%

Lucianne Carneiro*

. HONG KONG e RIO. A China elevou ontem suas taxas básicas de juros pela terceira vez desde outubro passado. Trata-se do mais recente sinal de intensificação dos esforços das autoridades monetárias para domar o ritmo do crescimento econômico e evitar que uma já preocupante inflação cresça ainda mais. O Banco Central (BC) em Pequim elevou sua taxa referencial anualizada de depósito em 0,25 ponto percentual, para 3%. Já a taxa anualizada de empréstimo avançou o mesmo valor, para 6,06%.

O anúncio ficou em linha com as previsões. Aliás, vários economistas preveem novos aumentos e outras medidas de aperto monetário ao longo do ano. Em 2010, a economia chinesa cresceu 10,3%, ante 9,2% em 2009. Em dezembro, a taxa anual de inflação foi de 4,6%.

O novo aumento da taxa de juros na China provocou uma queda nas ações da mineradora brasileira Vale, mas ainda assim a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta ontem.

O Ibovespa, principal referência do mercado, subiu 0,63%, aos 65.771 pontos. Ações de consumo, construção

civil e bancos voltaram a atrair os investidores e subiram. Vale PNA (preferencial, sem voto) caiu 0,81%, para R\$ 49,91; já a ordinária (ON, com voto) recuou 0,79%, a R\$ 56,31.

- Notícias de alta de juros na China acabam repercutindo negativamente na Vale - disse o analista da Leme Investimentos João Pedro Brugger.

Os papéis da Petrobras também registraram queda de 1,61%, para R\$ 30,02, no caso da ação ON, e de 0,96%, para R\$ 26,96, a PN. Segundo o analista da Socopa Corretora Osmar Camilo, houve uma migração das ações da Petrobras para papéis de consumo, construtoras e bancos. Já o dólar fechou em queda de 0,77%, a R\$ 1,667, depois de quatro pregões seguidos de alta. O BC fez dois leilões no mercado à vista.

- Se o BC não continuar com artilharia diária pesada, a tendência de desvalorização do dólar vai prevalecer - disse Adriano Fontes, sócio da Oren Investimentos. &brybar;32

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO INDÚSTRIA APERTA MARGEM DE LUCROS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Concorrência de importados dificulta repasse de alta nos custos para varejo Fabiana Ribeiro e Karina Lignelli

. **RIO e SÃO PAULO.** A margem de lucros da indústria brasileira está mais apertada. Muitas companhias não estão repassando para o varejo, de forma integral, os reajustes recentes dos preços de insumos para a produção - o cobre e o alumínio, por exemplo, ficaram 25% mais caros nos últimos 12 meses. A forte concorrência com os importados, especialmente da China, é apontada como o principal entrave a reajustes maiores. Ainda que o consumidor seja favorecido com preços menos salgados, analistas frisam que, com lucros menores, os investimentos no país também ficam mais travados.

O reajuste nos preços dos produtos, para muitas companhias, não ficou acima da inflação. A alta média dos produtos da Hypermarchas este ano, com mais de 100 marcas, oscila entre 4% e 6%. Os preços de bebidas da Ambev apresentaram reajustes em linha com a inflação. Procuradas, grandes redes de varejo não comentaram ou disseram não ter sentido pressão por repasse de alta nos custos, como o Grupo Pão de Açúcar.

- A margem está caindo, mas há uma pressão nos custos. Os repasses foram atenuados por causa da briga com os importados. Até onde isso se sustenta vai depender do tamanho da demanda interna - disse Salomão Quadros, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo Guilherme Mercês, economista da Firjan, ao segurar os preços, as empresas lucram menos e, portanto, têm menos capacidade para investir. Pesquisa da Firjan, com quase 200 companhias, mostra que as indústrias do Rio consideram insatisfatória a margem - percepção que piorou do terceiro para o quarto trimestre de 2010. - O Brasil está no ápice de seu crescimento, mas esse movimento pode ser interrompido se não houver investimentos.

O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Sussumu Honda, admite a existência de uma disputa entre atacado e varejo neste momento. Diz, porém, que se trata de algo pontual, negociado e discutido para não deixar o consumidor insatisfeito. Entre os alimentos, os repasses são mais automáticos, lembram analistas.

- A questão principal são as commodities. Quando sobem, sobem muito rapidamente, e o consumidor não entende. A carne, não tem como não repassar. O preço sobe para o ecurista, e dois, três dias depois aumenta no atacado e varejo - afirmou Honda. Grandes varejistas ganham mais poder de barganha Segundo o economista Thiago Curado, da Tendências Consultoria, a apreciação do real frente ao dólar também têm estimulado esse embate. E não existe sinal de mudanças nos próximos meses, mesmo com projeções de inflação menor em 2011.

- É um aumento que bate no produtor, pressiona a cadeia e em algum momento chega ao consumidor final. É inevitável. Segundo Fábio Romão, economista da LCA, a alta dos preços dos insumos hoje está ligada diretamente à valorização o real, além do aumento da demanda global. Porém, com a participação maior de grandes varejistas com poder de barganha, o produtor pensa duas vezes antes de negociar.

Exemplo disso são as grandes redes de varejo de eletroeletrônicos, como a rede Máquina de Vendas.

Segundo o presidente do conselho de Administração a empresa, Luis Carlos Batista, o setor não enfrenta o problema do repasse por conta das negociações com os fornecedores.

- São muitos lançamentos. A indústria começa a produzir 100 mil peças por mês e, com o passar do tempo, consegue na escala aumentar a produção para um milhão de unidades. Os preços muitas vezes nem têm aumento.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO INFLAÇÃO SOBE 0,83%, A MAIOR ALTA DESDE 2005, PUXADA POR TRANSPORTES E SERVIÇOS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Taxa é igual à de novembro. Alimentos perdem fôlego, mas ainda sobem 1,16%

Henrique Gomes Batista

O forte reajuste no transporte urbano em algumas capitais e a pressão nos preços dos serviços se juntaram à alta dos alimentos e aceleraram o índice oficial de inflação do país, o IPCA. De acordo com o IBGE, ele apresentou alta de 0,83% em janeiro, acima dos 0,63% de dezembro e do registrado em janeiro do ano passado, quando a variação foi de 0,75%. O IPCA do mês passado repetiu o patamar registrado em novembro, alta de 0,83%, a maior variação desde abril de 2005, quando a inflação mensal foi de 0,87%.

Com isso, o IPCA acumulado em 12 meses fechou janeiro em 5,99%. Especialistas indicam que a inflação no mês passado veio dentro do esperado e que este alto patamar deve se repetir em fevereiro, quando alguns esperam que o IPCA suba mais de 1%, puxado pelas mensalidades escolares.

Para IBGE, alta em serviços reflete demanda maior. A alta na tarifa de ônibus urbano em São Paulo, Recife, Salvador e Belo Horizonte fez com que o grupo transporte respondesse com 0,29 ponto percentual do IPCA, superando os alimentos, que contribuíram com 0,27 ponto percentual no mês passado. A inflação dos serviços também acelerou e a contribuição do grupo passou de 0,12 ponto percentual em dezembro de 2010 para 0,18 ponto percentual em janeiro.

- Com o aumento da renda dos brasileiros, há uma elevação na demanda que chega aos preços dos serviços. Os preços administrados também subiram, uxados pela alta do transporte público, o que teve impacto muito forte no bolso dos brasileiros - afirmou Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de índices de inflação do IBGE.

No caso dos serviços, pressionou o reajuste dos empregados domésticos (alta de 0,91%), aluguel (alta de 1,23%) e condomínio (1,27%). Juntos, estes três itens contribuíram com 0,09 ponto percentual do total do IPCA, ou mais 10% da inflação de janeiro.

Mantega diz que inflação vai diminuir 'em março ou abril'. A alta dos alimentos, mesmo com as chuvas de janeiro que prejudicaram produtores do Rio, ão Paulo e Minas Gerais, foi menor agora. Segundo o IBGE, o aumento do grupo foi de 1,16% em janeiro, contra alta de 1,32% em dezembro. O aumento no preço dos produtos hortifrutigranjeiros, mais afetados pelas chuvas, foram compensados pela queda nos preços das carnes e no feijão, produtos de maior impacto na inflação.

As hortaliças apresentaram alta de 15,57% em janeiro. As carnes apresentaram queda de 0,19% no mês passado, embora ainda acumulem alta de 27,27% nos últimos 12 meses. O preço do feijão carioca caiu 15,02%, embora a alta acumulada em 12 meses ainda seja de 37,43%.

Para o professor Alcides Leite, da Trevisan Negócios, a inflação veio dentro do esperado e continuará em um patamar elevado em fevereiro: - Apenas em março vamos começar a sentir as políticas do governo para reduzir a inflação, como o aumento dos juros, as restrições ao crédito ou o novo pacote de ajuste fiscal com cortes no orçamento federal.

Eduardo Velho, economista chefe da Prosper Corretora, afirma que o resultado do IPCA já era esperado e que em fevereiro a inflação poderá passar de 1%:

- Mantenho minha previsão de inflação no ano de 5,4% e de que o BC só aumentará a Selic até 12,75% ao ano. O governo não admite, mas não quer uma queda muito rápida da inflação, nos parece que mira a

meta de 4,5% do IPCA apenas para 2012, para não afetar o crescimento.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que o resultado do IPCA já era esperado. Segundo ele, o índice ficou elevado porque combinou os preços de commodities, em alta no mercado

internacional, com uma pressão sazonal provocada por transportes e educação.

- Não é um problema do Brasil - disse, acrescentando que as commodities devem cair ou se estabilizar nos próximos meses. - Acredito que a tendência é arrefecer essa inflação. Em março ou abril, vocês vão ver esse índice diminuindo.



VEÍCULO MONITOR MERCANTIL	EDITORIA	
TÍTULO Coluna / Nelson Piori		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

PF investiga Nortplast

A Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão em **Manaus** na empresa Nortplast, e outros dois em São Paulo e Natal, investigando uma suposta fraude contra o sistema de tributação da **Zona Franca** de **Manaus**. As transações suspeitas teriam ultrapassado os R\$ 4 milhões no

ano passado. O esquema teria falsificado documentos de recebimento de cargas, enviando quantidade de cobre menor para **Manaus** e a diferença para outra empresa do mesmo grupo em Natal.

	VEÍCULO O ESTADÃO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo estuda elevar IOF sobre compras no exterior		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Renata Veríssimo - O Estado de S.Paulo

Entre as medidas estudadas pelo **Governo Federal** para tentar conter a oferta de crédito no País e reduzir o consumo do brasileiro, está em discussão a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado nas compras feitas no exterior com cartão de crédito.

A alíquota atual é de 2,38% sobre a fatura internacional do cartão.

Além do impacto econômico, o governo também estuda o tamanho do desgaste político com a adoção dessa medida.

A existência de estudos para elevação do IOF, noticiada ontem pelo jornal Folha de S. Paulo, teria impacto não só nos custos de viagens ao exterior, mas também nas compras de produtos **importados** pela internet.

Um assessor da equipe econômica do governo da presidente Dilma Rousseff avalia que o turista pode driblar, pelo menos em parte, o aumento da alíquota fazendo as compras no exterior com pagamento em dinheiro.

Por outro lado, uma alíquota maior poderia inibir as compras na internet.

Desvalorização do **dólar**. Os gastos de brasileiros no exterior cresceram muito no ano passado em função da valorização do real em relação ao **dólar**. A despesa bruta com cartão de crédito em 2010 foi de US\$ 10,17 bilhões. Em

2009, essas despesas foram de US\$ 6,59 bilhões, segundo os dados do Banco Central.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, porém, negou a intenção de elevar a cobrança de IOF das compras no exterior com cartão de crédito. "Ninguém pensou em nada disso", declarou.

Um assessor do ministro chegou a dizer que a medida poderia representar "muita espuma" com resultados marginais.

A preocupação é que o aumento do imposto possa ter reflexos políticos negativos sem muito efeito prático na contenção do consumo - que tem pressionado a inflação - e no câmbio valorizado, que tem prejudicado os **exportadores**.

Em 2008, para compensar a perda de arrecadação com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o governo já elevou em 0,38% todas as operações de crédito.

Com isso, o IOF sobre a fatura de cartão de crédito subiu de 2% para 2,38%.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL TERÁ US\$ 350 BILHÕES PARA MINERAÇÃO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O **Brasil** terá US\$ 350 bilhões até 2030 para investir no setor de mineração, segundo projeção do Plano Nacional de Mineração 2030, apresentado ontem pelo **Ministério** de Minas e Energia. Os investimentos previstos são em pesquisa e exploração. A previsão é que desse total, US\$ 64,8 bilhões sejam investidos pelo setor privado entre 2011 e 2015, dos quais dois terços serão de capital nacional. Em 2010, o setor faturou US\$ 157 bilhões e foi responsável por 25% das **exportações** brasileiras.

AGENDA DO DIA

Saem os números da **produção** industrial **regional** de janeiro.

- . IBGE divulga dados sobre a **produção** agrícola do país.
- . Ipea lança estudo sobre como a população percebe a eficácia dos serviços de saúde.
- . Sai a inflação pelo IPC-Fipe.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO CHINESES COMPRAM SETE EMPRESAS DE UMA VEZ		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A movimentação mais forte dos chineses na área de transmissão no Brasil se deu por meio da State Grid Corporation of China que adquiriu sete concessionárias de quatro acionistas espanhóis: Cobra, Elecnor, Isolux e Abengoa, por R\$ 3,1 bilhões. A saída dos espanhóis do segmento se acentuou nos últimos dias. A Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep) exerceu seu direito de preferência na compra da Interligação Elétrica de Minas Gerais (IEMG), na parte que pertencia à Cymi Holding. A Eletrosul investiu R\$ 163,8 milhões no aumento da sua participação acionária nas empresas Uirapuru e Artemis. O controle acionário de ambas as companhias até então era também da espanhola Cymi. P.M.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL DISPUTA COM CHINA E ÍNDIA NOVA FÁBRICA DA ALEMÃ VULKAN		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Unidade produzirá acoplamentos para motores navais e industriais e atenderá o mercado internacional

Dubês Sônego

dsonego@brasileconomico.com.br

Uma das protagonistas do discreto mercado de acoplamentos para motores navais e industriais, a subsidiária brasileira da alemã Vulkan disputa com as filias da China e da Índia os recursos para a construção de nova fábrica.

A resposta é esperada para abril, quando Douglas Rodrigues Buzo, no comando das operações no Brasil, viaja a Herne, sede da companhia, para a reunião anual com os acionistas da família controladora, que se mantém à frente do negócio há seis gerações.

Os acoplamentos fabricados pela Vulkan são peças de borracha técnica, ou de compostos de silicone, colocados entre o motor e o redutor de diversos tipos de máquinas, de geradores de energia eólica a navios.

Como são um dos componentes mais baratos do sistema matriz, além de transferirem a força do motor fazem o papel de "fusíveis", rompendo quando há algum problema maior.

O momento não poderia ser mais favorável a posição brasileira na disputa, uma vez que a subsidiária local tem se destacado no grupo, após uma série de contratemplos que remontam a década de 1970. Atraída pela forte expansão da indústria naval naquela época, a Vulkan teve que se reinventar para continuar no país após a derrocada do setor nos anos 1980. Voltou-se então ao mercado de acoplamentos para motores usados na indústria de siderurgia e mineração. E abriu uma frente de negócios inédita para a matriz. Com os primeiros sinais de desaceleração dos mercados na crise de 2008, a Alemanha viu no portfólio da unidade brasileira uma

alternativa de diversificação e entregou a ela o papel de sede mundial para o mercado industrial. De acordo com o executivo, a construção da nova fábrica já havia sido discutida em 2008.

Mas a ideia foi abandonada após o estouro da crise. Com o reaquecimento das vendas, no ano passado, a ampliação da capacidade produtiva voltou à pauta. Até porque é vista como fundamental para o atendimento de segmentos de mercado em franco crescimento no país, como o de geradores de energia eólica.

O terreno para a construção já existe, fica em Itatiba, no interior paulista, onde a Vulkan mantém uma de suas duas unidades no país, a outra fica em Barueri, também em São Paulo.

Centro exportador

Segundo Buzo, a situação só não é mais favorável à subsidiária brasileira por causa do âmbio. A ideia matriz é que o país funcione como centro exportador para as Américas do Sul e do Norte. Um projeto para o qual a relação entre a moeda brasileira e a americana não contribui.

Hoje, as exportações representam 10% da receita, que em 2010 foi de cerca de € 40 milhões (R\$ 90,9mi). Mas a meta é que cheguem a 20% em 2011, sobre vendas de aproximadamente € 45 milhões.

Outro negócio que a companhia estuda investir no país é no monitoramento remoto e equipamentos industriais e componentes para a área de refrigeração, como anéis para a vedação e conexão de tubos metálicos.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Com medo da inflação, China sobe outra vez a taxa básica de juros		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Aumento de 0,25 ponto é considerado insuficiente por analistas

FABIANO MAISONNAVE

DE PEQUIM

A China reforçou ontem sua determinação em controlar a pressão inflacionária ao aumentar a taxa de juros pela terceira vez em quatro meses. A medida ocorre em meio a projeções de que a inflação tenha voltado a ganhar força.

O Banco Popular da China (BC) informou que, a partir de hoje, a taxa básica de juros é 6,06% ao ano, aumento de 0,25 ponto percentual. Já a taxa de depósito para um ano passa de 2,75% para 3%. A última elevação dos juros havia sido em 25 de dezembro.

Antes do início dessa série de aumentos, em outubro, a última elevação fora em dezembro de 2007, quando a taxa chegou a 7,47%. Em 2008, a China adotou uma política de redução de juros em meio a medidas para contra-arrestar a crise econômica.

Com retomada do crescimento assegurada, o problema agora é debelar a inflação, considerada pelo governo o principal problema da economia para este ano.

Tanto o banco Goldman Sachs quando um levantamento da agência Bloomberg projetam em 5,3% a inflação acumulada em 12 meses até o mês passado, ante 4,6% de dezembro.

O jornal "Financial Times" julgou que o aumento do juro foi baixo. O banco HSBC disse esperar pelo menos outro aumento de 0,25 ponto percentual na taxa até junho.

A China tem usado ainda outras medidas anti-inflacionárias, como elevações do depósito compulsório bancário, uso dos estoques estatais de alimentos e maiores restrições ao crédito.

	VEÍCULO R 7 / NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Atividade da indústria cresce em todas as regiões do <u>Brasil</u> em 2010		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Destaque foi o Estado do Espírito Santo, com avanço de 22,3%

A atividade industrial brasileira teve, em 2010, expansão nas 14 regiões em que é pesquisada, com destaque para o ritmo acelerado de crescimento no Estado do Espírito Santo (22,3%), segundo dados divulgados nesta quarta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Outros quatro Estados tiveram expansão acima da média nacional, de 10,5%: Goiás (+17,1%), **Amazonas** (+16,3%), Minas Gerais (+15,0%) e Paraná (+14,2%). Em São Paulo, a expansão foi de 10,1%.

Em dezembro, na comparação com novembro, no entanto, a atividade caiu em 11 das 14 regiões, com destaque para Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Goiás e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, o recuo foi de 1,2%.

Recuos em fim de ano são em geral esperados, uma vez que muitas empresas já chegam a dezembro com estoques formados para atender o **comércio** - o que leva a uma atividade menor -, ou mesmo concedem férias coletivas a seus empregados.

Na comparação de dezembro de dezembro do ano passado com o mesmo mês de 2009, dez das 14 regiões tiveram crescimento da atividade, com destaque para os Estados do Pará e de Goiás. São Paulo registrou expansão de

1,2% nessa comparação. Já Espírito Santo, Região Nordeste, Ceará e Bahia tiveram contração.

Maior desde 1986

O ritmo da **produção** da indústria brasileira em 2010 foi o maior desde 1986 (quando cresceu 10,94%). Em dezembro, no entanto, houve recuo de 0,7% em relação a novembro. Na comparação com o mesmo mês de 2009 houve alta de 2,7%.

Em 2010, o primeiro semestre mostrou avanço de 16,2% frente a igual período do ano anterior, mas o ritmo caiu entre julho e dezembro: o avanço foi de 5,6%. No quarto trimestre, a atividade cresceu 3,3% sobre igual período de 2009, mas caiu 0,1% sobre o terceiro trimestre.

Em dezembro, na comparação com novembro, 11 setores tiveram recuo - com destaque para: material eletrônico e equipamentos de comunicações, metalurgia básica e edição e impressão - e outros 15 cresceram. Já na comparação com dezembro de 2009, houve crescimento em 19 dos 27 setores, com destaque para veículos automotores, indústrias extrativas e máquinas e equipamentos.